

UM PASSO EM FRENTE NA REFLEXÃO MARXISTA SOBRE O ESTADO

Sérgio Soares Braga
Universidade Federal do Paraná

“Em política, só se destrói o que se substitui” (Danton)

No fecundo debate gerado pelo desenvolvimento da teoria marxista do Estado na Ciência Política contemporânea¹, podemos destacar três linhas principais de crítica a essa corrente, seja pela força e recorrência de seus argumentos, seja por sua ampla difusão nos meios acadêmicos, conservadores ou não: (i) Em primeiro lugar, podemos identificar um tipo de crítica segundo a qual a teoria marxista apresentaria uma visão reducionista-instrumentalista sobre o funcionamento do Estado, enfocando-o apenas como um “epifenômeno” da realidade social, ou como um mero “instrumento” a serviço das classes dominantes, *i. e.*, basicamente como uma expressão ou derivação do poder econômico dos proprietários dos meios de produção, destituído daquele atributo que a literatura corrente convencionou chamar de “autonomia relativa”²; (ii) um segundo tipo de objeção, não só à teoria marxista do Estado, mas ao materialismo histórico em geral, consiste na afirmação segundo a qual essa corrente analítica, ao enfatizar a natureza *ideologizada* das práticas sociais, seria incompatível com um *enfoque normativo* de certos fenômenos sociais (mormente o Estado e o Direito), reduzindo o conjunto das relações humanas a “relações fácticas de poder político e econômico”³; (iii) finalmente, podemos mencionar um terceiro tipo de reparo à teoria política marxista, de acordo com o qual seria inerente a essa corrente de pensamento uma “concepção negativa do Estado”, concepção esta incapaz de prover uma análise morfológica detalhada dos *mecanismos institucionais* que organizam o poder de Estado nas sociedades modernas, e cuja implicação político-estratégica mais patente seria uma *indiferença teórica* em relação ao problema clássico das “formas de governo” e das diferentes modalidades institucionais de exercício do poder político⁴.

Embora não haja confrontação explícita com as críticas acima apontadas, o leitor deve ter em mente essas (dentre outras) objeções à teoria política marxista (mormente à sua teoria do Estado), ao percorrer as páginas do conjunto de textos publicado por Décio Saes, intitulado *Estado e democracia: ensaios teóricos*, que abre a “Coleção Trajetória”, editada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Com efeito, um primeiro aspecto mais geral a ser destacado na empresa teórica efetuada pelo autor, consiste na postura teórico-metodológica fundamental que parece estar subjacente à sua reflexão, vale dizer: a tentativa de desenvolver e aprofundar a teoria marxista do Estado e da política em geral, através de uma interação e polêmica constantes (nem sempre explicitadas) com outras vertentes da Ciência Política moderna, que também trouxeram contribuições significativas para o entendimento dos fenômenos políticos que são objeto de exame no conjunto dos *Ensaio*s.

Tendo em vista esse quadro mais geral, e dada a impossibilidade de, nos limites de uma simples resenha, problematizar e reconstituir uma a uma o conjunto das teses e das idéias que compõem a obra, preferimos sublinhar três dimensões básicas da reflexão empreendida pelo autor, agrupando o conjunto dos ensaios em três quesitos básicos: (i) Em primeiro lugar, podemos destacar aqueles textos que procuram expor certos princípios e fundamentos teóricos mais abrangentes sobre o tema do Estado; (ii) num segundo grupo, podemos incluir aqueles trabalhos que buscam aplicar e operacionalizar tais fundamentos teóricos (desenvolvendo algumas de suas implicações) na análise de problemas mais específicos; (iii) finalmente, encontramos nos *Ensaio*s uma tentativa de contribuir para uma reflexão de natureza estratégica sobre as perspectivas da luta transformadora dentro do contexto político-institucional por ora vigente nas formações sociais capitalistas.

No primeiro bloco de ensaios devemos incluir os textos “O conceito de Estado Burguês (pp. 13-51) e “Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado” (pp. 53-73), que são

tentativas de expor certos parâmetros teóricos básicos que servirão como fio condutor das idéias desenvolvidas nos demais trabalhos constantes da coletânea. Em “O Conceito de Estado Burguês...”, que se constitui no texto-chave do livro, Décio Saes procura expor um modelo estruturo-funcional com o objetivo de captar as características básicas e invariantes do tipo de Estado Burguês ou Capitalista moderno. Sistematizando algumas contribuições efetuadas por Nicos Poulantzas em suas primeiras obras, e remanejando teoricamente os conceitos weberianos de Estado burocrático-moderno e de dominação racional-legal, o autor procura apresentar de maneira sistemática um “conceito” de Estado burguês, ou seja, busca construir um modelo teórico que capte as características e atributos básicos da *estrutura jurídico-política capitalista* (isto é: do sistema de normas que enquadra o funcionamento do Estado e do Direito burgueses) que possibilita a *reprodução* de outras dimensões desse Modo de Produção (mormente sua estrutura econômica). Assim, o autor caracteriza as normas ou princípios fundamentais que enquadram o funcionamento do Direito e do aparelho burocrático-administrativo burgueses, buscando também apreender suas *funções*, ou seja, as conseqüências ou efeitos observáveis (basicamente, “efeito de isolamento” e “efeito de representação da unidade”) da vigência de tais normas em outras esferas da vida social. No outro ensaio (“Do Marx de 1843-44...”), o autor faz uma breve incursão no terreno da história do pensamento político, buscando demonstrar (de maneira bem sucedida, a nosso ver) a existência de duas grandes problemáticas qualitativamente distintas no curso da evolução da reflexão de Marx sobre o problema do Estado.

Num segundo bloco de ensaios, o autor procura operacionalizar e desenvolver os princípios analíticos expostos anteriormente, através do exame de problemas teóricos específicos, relacionados à existência de um Estado Burguês em formações sociais concretas. Em “Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação”(pp. 75-119), um dos ensaios mais instigantes de todo o livro, Décio Saes procura “reinterpretar” de maneira original a clássica análise empreendida por Victor Nunes Leal em seu trabalho sobre o fenômeno do “coronelismo”; ao fazê-lo, o autor chama a atenção para várias propriedades interessantes relacionadas à presença do “coronelismo” como algo que parece ser um “subsistema” verticalmente integrado (de maneira subalterna) no aparelho de Estado burguês, no contexto da coexistência entre um regime político democrático e determinadas relações de produção pré-capitalistas no campo. Já o ensaio “Monarquia e Capitalismo” (pp. 121-140), é dedicado ao exame dos efeitos produzidos nos diferentes grupos sociais pela presença da instituição monárquica nos diversos tipos e formas de Estado existentes ao longo do processo de *desenvolvimento político* das várias formações sociais.

Em “A Esquerda e a questão dos sistemas de governo no Estado Democrático-Burguês” (pp. 141-150) e em “A Democracia Burguesa e a Luta Proletária” (pp. 151-180), o autor faz um estudo das possibilidades estratégicas abertas à luta transformadora dentro das diferentes configurações institucionais possíveis de serem concretizadas nos quadros de um Estado burguês. Finalmente, fechando o conjunto dos ensaios, em “Socialismo e Democracia” (pp. 184-195), através do contraste entre as características institucionais das democracias burguesa e socialista, Décio Saes procura dar uma maior consistência analítica ao que poderia ser qualificado como uma alternativa funcional (MERTON: 1970) para a organização das instituições políticas socialistas (que o autor qualifica como “Estado proletário”), que sirva como base de superação do capitalismo e das formas mais avançadas de regime político democrático existentes nos quadros de um Estado burguês.

Pelos horizontes que abre, pela densidade teórica e pelo caráter polêmico de suas formulações, *Estado e democracia: ensaios teóricos* vem se somar a outras importantes contribuições já realizadas pelo mesmo autor (1985; 1987), para a reflexão crítica sobre os problemas do Estado, da Democracia e da transformação social nas sociedades modernas.

Sérgio Soares Braga é professor de Ciência Política no DECISO/UFPR e pós-graduando em Ciência Política no IFCH/UNICAMP.

NOTAS

¹ Para um bom levantamento bibliográfico destes debates na teoria política moderna, cf. o recém-publicado trabalho de PRZEWORKSKY, 1995.

² Crítica que se encontra presente principalmente nos adeptos da moderna teoria das elites (Raymond Aron,

Wright Mills etc.) ou nos autores que procuraram desenvolver o marxismo dialogando com os elitistas (como, p.ex., Ralph Miliband).

³ Cf. essa dentre outras críticas empreendidas por Hans Kelsen (1957) às várias ramificações da teoria marxista do Direito e do Estado em seu excelente livro.

⁴ Cf. BOBBIO, 1980. Ver também os artigos do mesmo autor constantes da coletânea BOBBIO *et al.*, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto *et. al.* (1979). *O Marxismo e o Estado*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal.

BOBBIO, Norberto. (1980). *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

KELSEN, Hans. (1957). *Teoria Comunista del Derecho y del Estado*. Buenos Aires, Emecé.

MERTON, Robert F. (1970). “Funções manifestas e latentes”. *In. Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou.

PRZEWORSKY, Adam (1995). *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

SAES, Décio (1985). *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SAES, Décio (1987). *Democracia*. São Paulo, Ática.

* * *

